

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 832147 - PR
(2015/0313649-7)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : DANIELA DE SOUZA GONÇALVES - PR048154
EMBARGADO : JOSIANE ALVES FRANCO
ADVOGADO : FABIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO -
PR052992
INTERES. : FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO
IGUAÇU - VIZIVALI
INTERES. : IESDE BRASIL S/A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO NÃO CONFIGURADO.

- 1.** Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.
- 2.** Não há vício a ensejar esclarecimento, complemento ou eventual integração do que decidido no julgado, pois a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada.
- 3.** Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator